

# 1 Introdução

A presente dissertação se propõe a investigar o processo pelo qual as crianças-soldado<sup>1</sup> foram socialmente construídas ao longo da década de noventa. O ponto de partida para a análise são as narrativas produzidas e reproduzidas pelos órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelas organizações não governamentais, que tiveram papéis cruciais para o avanço da temática na agenda global. Assim, a reprodução de representações sobre os meninos e meninas envolvidos nas guerras contemporâneas, baseadas no olhar dessas instituições, foi responsável pela construção de um discurso dominante que defende a formação de um consenso universal em torno da proteção dessas crianças por meio da criação de normas internacionais e iniciativas no âmbito global.

Denominaremos de discurso dominante o conjunto de narrativas que representam os meninos e meninas envolvidos nas guerras contemporâneas a partir de interpretações informadas pelas normas, princípios e crenças intersubjetivas da ordem internacional do Pós-Guerra Fria. Apesar da participação de crianças em guerras não ser um fenômeno particular da década de noventa, foi somente a partir desse período que as crianças-soldado passaram a ser vistas como uma anomalia, mobilizando organizações internacionais e a sociedade civil global para denunciar o problema como uma prática inaceitável das guerras e para criar novos instrumentos internacionais destinados a protegê-las.

Destacam-se como atores centrais para a inclusão da temática na agenda internacional e para o avanço de ações, os órgãos das Nações Unidas, sobretudo, o Comitê para os Direitos da Criança, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados (Gabinete), criado somente em 1996.

Além desses organismos, deve ser acentuado o papel das organizações não governamentais internacionais que atuam na defesa pela promoção dos direitos

---

<sup>1</sup> Utilizaremos ao longo do texto a mesma nomenclatura (em inglês: *child soldier*) usada pelos órgãos das Nações Unidas e organizações não governamentais para designar as meninas e meninos envolvidos direta e indiretamente nas guerras contemporâneas com o objetivo de ressaltar a criação de uma categoria específica sobre eles.

humanos, sobretudo, a Coalizão para o Fim da Utilização das Crianças-Soldado<sup>2</sup> (CFCS<sup>3</sup>), criada em 1998, como resultado do processo de interação das organizações não governamentais na luta contra o recrutamento de todas as pessoas com idade inferior a dezoito anos juntamente com os órgãos supracitados.

Procuraremos mostrar, então, como as estruturas ideacionais e normativas da ordem internacional moderna influenciaram a percepção sobre a participação de crianças em guerras na década de noventa. Essas interpretações incentivaram o avanço de iniciativas por parte desses atores que passaram a defender medidas para proibir o recrutamento de meninos e meninas e para desmobilizar e reintegrar as crianças já envolvidas tanto por meio da criação de normas internacionais quanto pelo fortalecimento dos mecanismos multilaterais. Essas medidas serão trabalhadas com mais detalhes, posteriormente, no terceiro capítulo.

Deve-se salientar, entretanto, a elaboração do Relatório Machel uma vez que foi a primeira grande iniciativa das Nações Unidas para lidar com a questão sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados. Graça Machel, ativista moçambicana de direitos humanos, foi nomeada, em 1993, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, a pedido do Comitê das Nações Unidas para os Direitos da Criança, para desenvolver um estudo sobre o impacto desses conflitos armados sobre as crianças.<sup>4</sup> O estudo teve grande influência no processo de construção social do tema da criança-soldado, se transformando na maior referência internacional sobre a temática (Rosen, 2005; Rosen, 2007; Singer, 2006; Dallaire, 2010; CFCS, 2004; CFCS, 2008).

Em razão disso, o Relatório Machel será considerado como marco temporal da dissertação de modo que somente serão analisados os documentos e relatórios produzidos sobre as crianças-soldado a partir de 1996. Como pretendemos analisar a formação de narrativas e representações dominantes sobre a participação de crianças nas guerras contemporâneas, o Relatório Machel possui importância crucial para entendermos como houve a reprodução de entendimentos específicos sobre as crianças-soldado que se tornaram amplamente aceitos pelos atores em questão.

---

<sup>2</sup> Nome original em inglês: *Coalition to Stop the Use of Child-Soldier*

<sup>3</sup> Sigla criada pela autora para facilitar a sua utilização ao longo do texto.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.un.org/children/conflict/english/themachelstudy.html>. Acesso em: 7/09/2011.

Assim, compreenderemos o surgimento de iniciativas destinadas à proteção das crianças-soldado como parte da ordem internacional moderna que promoveu o fortalecimento dos instrumentos de direitos humanos e do direito internacional humanitário formado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e reforçado no fim da Guerra Fria. Portanto, a emergência do discurso dominante deve ser entendida como constitutiva da estrutura normativa e ideacional da ordem internacional do Pós-Guerra Fria, ou seja, como o conjunto de normas, princípios e valores dessa ordem informou como o fenômeno das crianças-soldado foi incorporado e tratado na agenda internacional ao longo da década de noventa.

Para explicar o problema de pesquisa proposto, abordaremos, no próximo capítulo, as referências teóricas utilizadas pela presente pesquisa para entender a constituição da ordem internacional moderna, fundamentada na promoção de normas internacionais e instituições multilaterais, que organizam as relações estatais, e no avanço dos direitos individuais no âmbito internacional. É importante ressaltar que as contribuições teóricas serão tratadas separadamente no próximo capítulo. Entretanto, procuraremos interpretá-las como complementares dentro da análise da constituição do discurso dominante no contexto da década de noventa.

Com o intuito de entender a formação da ordem internacional moderna, partiremos do construtivismo crítico de Reus-Smit. Definidas como as crenças intersubjetivas, princípios e normas responsáveis por ordenar as sociedades de Estados, as estruturas constitucionais são construídas em contextos históricos e culturais distintos, determinando, dessa forma, as fontes de legitimidade da autoridade estatal e moldando as instituições fundamentais, isto é, as práticas institucionais básicas que os Estados formulam para solucionar seus problemas de cooperação (Reus-Smit, 1999).

A estrutura constitucional da sociedade moderna de Estados foi permeada pelos ideais liberais baseados na garantia da liberdade e dos direitos fundamentais dos indivíduos por parte dos Estados, informando, assim, a constituição das duas instituições fundamentais, o direito internacional e o multilateralismo (Reus-Smit, 1999). Por sua vez, a fonte de legitimidade da autoridade estatal passa a estar ligada ao avanço dos interesses individuais por meio do respeito às leis que asseguram os direitos e as liberdades fundamentais e governam a sociedade (Reus-Smit, 1999, p.132).

Ao longo do século XX, sobretudo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, houve a consolidação da estrutura constitucional da sociedade moderna de Estados a partir da criação de organizações multilaterais e normas internacionais. Além disso, a evolução do regime de direitos humanos, inaugurado com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral da ONU, em 1948, deve ser entendida como aspecto crucial para o fortalecimento dessa estrutura constitucional (Reus-Smit, 2001).

Para compreender o processo de expansão do regime de direitos humanos, utilizaremos as contribuições teóricas do cosmopolitismo liberal com o objetivo de complementar e reforçar o conceito de estrutura constitucional. Trataremos o avanço dos direitos individuais na esfera global como reflexo do ideal cosmopolita de construir uma ordem internacional onde os Estados estariam subordinados à autoridade do direito internacional e onde as fontes de legitimidade dos Estados estariam vinculadas com a garantia dos direitos humanos.

Ademais, a utilização das contribuições teóricas do cosmopolitismo liberal permite enxergar como a promoção dos direitos humanos na esfera internacional não pode ser desconectada do processo de fortalecimento da atuação das Nações Unidas e da sociedade civil global, sobretudo, na década de noventa. Ao defender a formação de um consenso em torno da proteção dos direitos individuais na esfera global, as Nações Unidas e a sociedade civil global reproduzem os valores, princípios e crenças intersubjetivas da estrutura constitucional da sociedade moderna de Estados.

Mostraremos, então, como a mobilização de atores, engajados com o objetivo de proteger as crianças-soldado e retirá-las dos campos de batalha, teve como base a influência dos instrumentos de direitos humanos, particularmente, a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), assinada em 1989. Em vista disso, os órgãos das Nações Unidas e as organizações não governamentais passaram a denunciar a participação de crianças em guerras, uma vez que o recrutamento impossibilitaria o desenvolvimento dessas crianças, além de resultar em diversos riscos a sua vida.

Assim, a teoria desenvolvida por Reus-Smit (1999; 2001) e o cosmopolitismo liberal permitem entender como a construção do discurso dominante foi informada pelos aspectos normativos e ideacionais da ordem

internacional do Pós-Guerra Fria. Contudo, a reprodução de narrativas e representações sobre as crianças-soldado também deve ser associada ao estabelecimento de uma noção de infância institucionalizada pela CDC. Portanto, torna-se relevante salientar como essa noção de infância foi socialmente construída ao longo do século XX, sobretudo, ao longo do processo de fortalecimento dos direitos individuais após 1945.

Por isso, utilizaremos as contribuições teóricas dentro da disciplina de Relações Internacionais que tratam especificamente da relação entre a construção da infância e a sua separação da esfera política. Dentro da disciplina, as crianças são tratadas como atores não politizados de modo que o seu papel ativo como agente transformador da sua realidade política ainda é silenciada (Brocklehurst, 2006).

Finalmente, o uso dos estudos de gênero contribui para iluminar a construção social da criança como excluída da esfera política. A partir do reconhecimento de que a política internacional está baseada em relações de gênero, pode-se compreender como as discussões sobre as guerras são masculinizadas. A guerra foi construída como um espaço reservado a homens adultos que lutam pelos seus Estados, enquanto que as mulheres e as crianças permanecem na esfera privada, devendo ser protegidas por eles (Enloe, 2007; Tickner, 1996). As crianças, portanto, são objetos de proteção na medida em que são excluídas das atividades políticas.

## **1.1 O Problema de Pesquisa**

Para investigar o processo discursivo pelo qual as crianças-soldado foram socialmente construídas pelos órgãos das Nações Unidas e pelas organizações não governamentais, engajadas com a questão, partiremos dos valores, princípios e normas que formam a base da estrutura normativa da ordem internacional do Pós-Guerra Fria. Analisaremos criticamente como esta estrutura possibilitou a construção de um discurso dominante, ao longo da década de noventa, que autoriza narrativas e representações específicas sobre as crianças-soldado.

Buscaremos pesquisar, portanto, em que medida a emergência dessas narrativas e representações dominantes corrobora discursivamente com as normas

e princípios da ordem internacional contemporânea, legitimando a sua reprodução e manutenção e, ao mesmo tempo, ressaltando os seus dilemas e tensões.

Como mencionado, a participação de crianças em guerra não é um fenômeno particular das guerras contemporâneas. Entretanto, a partir da década de noventa, o aumento do número de crianças-soldado<sup>5</sup> nos campos de batalha passou a ser interpretado pelas Nações Unidas e pelas organizações não governamentais como uma prática inaceitável para os padrões legais e morais estabelecidos internacionalmente. O fenômeno é associado, por isso, a uma nova forma de conflito armado, caracterizada pela violação ao direito humanitário internacional e aos direitos humanos decorrente do ataque sistemático à população civil e do alto grau de destruição das comunidades atingidas (Rosen, 2005).

Por conseguinte, os ambientes de guerra contemporâneos também violariam os direitos das crianças, codificados pela CDC (Machel, 1996). A CDC estabelece as condições necessárias para assegurar o processo de desenvolvimento físico, emocional e intelectual de todas as crianças. A infância é definida como um período da vida no qual a criança estaria em processo de formação de suas capacidades físicas e cognitivas, ou seja, a criança não seria dotada de racionalidade para avaliar os seus melhores interesses já que ainda estaria em processo de aprendizagem e socialização. Nesse sentido, as crianças precisariam da proteção de suas famílias (ou guardiões legais) e dos seus Estados para garantir que seus direitos sejam exercidos (Pupavac, 2001a).

Assim, buscaremos compreender como a construção do discurso dominante sobre as crianças-soldado não pode ser desconectada do processo de avanço do regime de direitos humanos no âmbito internacional. Ao mesmo tempo, mostraremos como esse discurso parte do entendimento “ocidentalizado<sup>6</sup>” de infância, institucionalizado pela CDC, para interpretar as causas e os efeitos do recrutamento de crianças nos conflitos armados contemporâneos.

O recrutamento de crianças é entendido como consequência da vulnerabilidade dos meninos e meninas que vivem em ambientes de guerra marcados pela violência e pela escassez de recursos indispensáveis para a sua

---

<sup>5</sup> Estima-se que há em torno de 300.000 crianças-soldado lutando nos conflitos armados contemporâneos (CFCS, 2008)

<sup>6</sup> Por “ocidentalizado,” entendemos como houve a construção de um conceito de infância que tem suas raízes no contexto histórico e cultural das sociedades ocidentais, isto é, sociedades da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, principalmente. Entretanto, a CDC, ao institucionalizar os direitos da criança, universaliza esse entendimento, considerando aplicável a todas as crianças.

sobrevivência. As crianças, portanto, se tornariam vítimas da atitude mal-intencionada de adultos que explorariam a sua vulnerabilidade para transformá-las em combatentes.

Por isso, as narrativas sobre as crianças-soldado concentram-se na necessidade de proteção, pois uma das características centrais desse conceito de infância é o estado de dependência devido à falta de desenvolvimento de suas capacidades físicas, emocionais e intelectuais. Como a infância é definida universalmente pela CDC, essas narrativas percebem a participação de crianças-soldado nos grupos armados como responsável pelo desvio do seu processo de transição natural para a fase adulta.

Em vista disso, as narrativas dominantes reproduzidas pelas Nações Unidas e pelas organizações não governamentais definem as crianças-soldado a partir de representações centradas na vulnerabilidade, na vitimização e na consequente necessidade de proteção, pois, com o desmantelamento das estruturas estatais e familiares, as crianças perderiam todas as suas fontes de proteção (Rosen, 2005; Macmillan, 2009). A instabilidade interna dos Estados em guerra justificaria, então, a intervenção externa que teria o objetivo de aplicar os padrões internacionais que garantem as condições necessárias para a proteção e para o crescimento de todas as crianças, independentemente da sua origem (Pupavac, 2001a; Boyden, 2003).

Entretanto, pretendemos mostrar como a institucionalização de um conceito particular de infância silencia outras definições alternativas e negligencia a influência de circunstâncias culturais, políticas, econômicas e sociais nas experiências de vida de cada criança. Como os conceitos de infância são construídos a partir de contextos históricos, culturais e sociais distintos, a CDC, ao defender um padrão específico, é responsável por desconectar a criança da sua realidade social, das definições de infância da sua sociedade e das consequentes atividades atribuídas a ela (Boyden, 2003).

Pretendemos argumentar, portanto, como a emergência dessas narrativas dominantes reafirma a necessidade de existência dos mecanismos de proteção garantidos pelas normas internacionais e pelas instituições multilaterais ao representar as crianças como reflexo da desestruturação de suas sociedades e da ausência das estruturas estatais decorrentes dos conflitos armados. A universalização do conceito de infância implica na construção de um padrão de

juízo sobre as sociedades em guerra de modo que passam a ser percebidas como incapazes de garantir os direitos de sua população infantil (Boyden, 2003; Macmillan, 2009; Pupavac, 2001a).

Sendo assim, a representação da criança como vítima do abuso e da exploração se torna um elemento para a reprodução das instituições da ordem internacional fundamentada na promoção do direito internacional, dos direitos humanos e das instituições multilaterais. Os mecanismos de proteção garantidos pela ampliação das normas internacionais e pela criação dos programas multilaterais, destinados a lidar com as já envolvidas, se tornam os meios que garantem a realização dos direitos fundamentais da criança.

Ao mesmo tempo, o discurso dominante também implica na criação de hierarquias entre os Estados que possuem capacidade de se comprometerem com as normas internacionais, garantindo, dessa forma, a promoção dos direitos individuais dos seus cidadãos e os Estados em conflito que são vistos como incapazes de proteger a sua população, particularmente a sua população infantil, dos efeitos das guerras.

## **1.2 Justificativa e Relevância do Tema**

A partir do fim da década de oitenta e início da década de noventa, com o desdobramento de novos eventos internacionais influenciados pelo fim da Guerra Fria, os paradigmas predominantes das Relações Internacionais, o Neorealismo e o Neoliberalismo, foram desafiados, pois suas teorias não conseguiram abarcar a mudança pacífica nas relações de poder e os novos acontecimentos internacionais que se configuraram após esse período. A emergência de críticas a essas teorias foi responsável pelo surgimento de debates em termos metodológicos, epistemológicos e ontológicos, propiciando a entrada de contribuições dentro da disciplina que passaram a estudar os fatos internacionais a partir de novas perspectivas teóricas (Campbell et al, 1990; Lapid, 1989).

A partir do questionamento dos principais conceitos, como a centralidade do Estado na análise das relações internacionais e a imutabilidade do conceito de soberania, novas formas de investigar as relações internacionais emergiram, possibilitando enxergar a influência de aspectos da política mundial, antes

silenciados dentro da disciplina de Relações Internacionais, sobretudo, dentro do contexto atual de globalização e aumento das interconexões globais (Campbell et al, 1990; Lapid, 1989).

O problema de pesquisa proposto na dissertação se insere nesse movimento de expansão de novas contribuições teóricas na medida em que objetiva discutir o envolvimento de crianças em conflitos armados civis não como um problema interno dos Estados, mas como a interpretação do fenômeno pelos atores do sistema internacional possui implicações para a política mundial.

Apesar da abertura no campo das Relações Internacionais, os estudos sobre a infância e sua influência na política mundial ainda são negligenciados e pouco analisados. Dentro da disciplina, as crianças são conceituadas como atores não politizados e, portanto, não pertencentes às atividades políticas. Quando as crianças são incorporadas dentro das Relações Internacionais, como no caso das guerras, elas são percebidas como vítimas e como atores passivos dentro das relações sociais (Brocklehurst, 2006; Watson, 2006a).

Assim, o problema de pesquisa também se insere nos debates da disciplina de Relações Internacionais sobre a necessidade de desconstruir discursos naturalizados na política global de modo que interpretações alternativas não sejam silenciadas e excluídas. Por meio da pesquisa bibliográfica sobre o tema das crianças-soldado, foi possível perceber o aumento no número de artigos publicados pelas principais revistas acadêmicas da área. Muitos pretendem formular interpretações alternativas sobre esta temática, procurando ressaltar a complexidade do tema e, sobretudo, o papel das crianças como agentes ativos na condução dos processos de transformação de suas sociedades.

Nesse sentido, a problematização do discurso dominante é relevante uma vez que ressalta novas questões tanto para pensar o internacional quanto o papel que estas crianças podem representar para a compreensão das guerras contemporâneas. Sendo assim, a análise crítica desse discurso pode demonstrar como o tratamento das crianças como agentes políticos dentro do contexto dos conflitos armados contemporâneos pode revelar novos entendimentos não só sobre essas guerras, mas também sobre as suas experiências vividas e quais suas implicações.

### 1.3 Metodologia e estrutura dos capítulos

A dissertação pretende analisar a construção social das crianças-soldado a partir da investigação das representações construídas pelo discurso dominante formado pelos organismos dentro das Nações Unidas e pelas organizações não governamentais de direitos humanos. Sendo assim, a pesquisa assume que representações da realidade se manifestam por meio da linguagem e das práticas discursivas. Nesse sentido, os discursos são responsáveis pela formação de sistemas de significados que orientam as ações políticas (Neumann, 2008).

Assim, algumas representações se tornam institucionalizadas e normalizadas, mantendo um grau de regularidade nas relações sociais. Essas representações, ao serem reproduzidas socialmente, se tornam dominantes, marginalizando outras interpretações alternativas. Em outras palavras, quando os discursos se tornam dominantes, há uma reprodução na forma de categorizar, pensar e agir em determinada realidade social de modo que ações alternativas se tornam impensáveis (Neumann, 2008).

Assim, a representação da criança-soldado não pode ser analisada como um fato fixo no tempo e no espaço, mas como um discurso por meio do qual significados e valores criam uma determinada forma de compreensão sobre a experiência vivida pela criança.

Em função disso, a pesquisa analisará documentos, declarações e relatórios produzidos pelos órgãos das Nações Unidas e organizações não governamentais, além das normas internacionais que tratam especificamente do tema, de modo que as construções discursivas responsáveis pela constituição de narrativas sobre os meninos e meninas envolvidos em conflitos armados sejam mapeadas e interpretadas.

As fontes escolhidas para a investigação do problema de pesquisa são aquelas que tiveram importante papel na construção do discurso dominante. No âmbito das Nações Unidas serão analisadas as iniciativas executadas, especialmente, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Comitê para os Direitos da Criança, pelo Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados (Gabinete), pelo Conselho de Segurança, assim como pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) e pelo Tribunal

Especial para Serra Leoa (TESL), pois todos trataram especificamente o tema das crianças-soldado.

Com relação às organizações não governamentais, serão analisadas as iniciativas e os relatórios produzidos pela Coalizão para o Fim da Utilização das Crianças-Soldado (CFCS), já que reúne as organizações não governamentais de direitos humanos mais influentes dentro do cenário internacional.

Como já mencionado, a pesquisa utilizará como marco temporal a publicação do Relatório Machel, em 1996, devido à sua relevância para o desdobramento da temática na agenda global. Esse relatório foi a primeira grande iniciativa das Nações Unidas para lidar com o impacto dos conflitos armados contemporâneos nas crianças, incentivando a criação do Gabinete. Além disso, o Relatório Machel se tornou referência para textos acadêmicos e relatórios, por isso a sua influência foi crucial na formulação do discurso dominante.

Além disso, serão analisados também como fontes para a análise das narrativas e representações das crianças-soldado os dois relatórios publicados pelo Gabinete que complementam e fazem uma avaliação do Relatório Machel, o *The Machel Review 1996-2000: a critical analysis of progress made and obstacles encountered in increasing protection of war-affected child* e o *Report of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict, 2007*, além dos três relatórios produzidos pela CFCS em 2001, 2004 e 2008.

Como a dissertação pretende problematizar o discurso dominante construído pelos atores supracitados, a pesquisa utilizará fontes secundárias, principalmente, textos acadêmicos, para analisar as interpretações alternativas sobre o tema. Estes textos também serão importantes fontes para investigar como este discurso foi construído e por que determinadas representações e narrativas foram normalizadas em detrimento de outras.

A presente dissertação está organizada da seguinte maneira: o segundo capítulo destina-se a explicar, contextualizar e inserir dentro da disciplina de Relações Internacionais os conceitos e contribuições teóricas que serão utilizados ao longo da dissertação. Primeiramente, analisaremos o construtivismo crítico conceituado por Reus-Smit, dando destaque à formação da estrutura constitucional do sistema moderno de Estados. Em seguida, apresentaremos as abordagens do cosmopolitismo liberal que permitem explicar o fortalecimento do regime de direitos humanos no âmbito internacional. Finalmente, analisaremos

como as contribuições teóricas dos estudos de gênero na disciplina ajudam a compreender o processo de construção social das crianças-soldado.

O terceiro capítulo analisará o processo de formação do discurso dominante sobre as crianças-soldado na esfera internacional. Apresentaremos, inicialmente, as normas internacionais e as iniciativas dos órgãos das Nações Unidas e das organizações não governamentais, particularmente a CFCS, visando investigar como houve o fortalecimento da temática no âmbito internacional. Assim, analisaremos, posteriormente, as narrativas e representações dominantes sobre o envolvimento de meninas e meninos nas guerras contemporâneas construídas ao longo da década de noventa, tendo como base o Relatório Machel.

O quarto capítulo problematizará a noção de infância reproduzida pela CDC com o objetivo de analisar como o conceito “ocidentalizado” de infância se tornou a base das narrativas centradas na vulnerabilidade, na vitimização e na proteção. A partir desse questionamento, discutiremos como essas narrativas se tornaram um elemento que atua na reprodução da estrutura constitucional da ordem internacional do Pós-Guerra Fria, reafirmando, nesse sentido, as suas instituições fundamentais, ao legitimar a necessidade de existência dos mecanismos de proteção das crianças-soldado, mas implicando também na produção de dilemas quando as sociedades em guerra são percebidas como incapazes de lidar com a sua população infantil.